

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: Definições e prioridades de investimento para esta modalidade de ensino

Kátia Tatiana Moraes de Oliveira(1); Ana Lúcia de Melo Santos (1); Edilene Maria da Silva (2); Marilene da Silva Lima (3); Orientadora: Ms. Nubênia de Lima Tresena (4)

*Universidade Grendal do Brasil – Perú – UNIGRENDAL. E-mail: katiatatiana_@hotmail.com (1)
Faculdade de Comunicação, Tecnologia e Turismo de Olinda – FACOTTUR. E-mail:
analuciamelo79@hotmail.com (1)*

Universidade Grendal do Brasil – Perú – UNIGRENDAL. E-mail: edilene2001@hotmail.com (2)

Universidade Grendal do Brasil – Perú – UNIGRENDAL. E-mail: marilene2222@gmail.com (3)

Universidade Federal de Campina Grande – UFC. UFCG. E-mail: nubeniabiologia@gmail.com (4)

Resumo: O referido trabalho propõe uma análise das práticas nas políticas públicas da educação infantil de 4 e 5 anos, com foco as prioridades de investimentos nos diferentes segmentos que compreende esta modalidade de ensino. Na educação Infantil, primeira modalidade de ensino regular de suma importância a criança tem direito em todos os sentidos. Ao educador cabe considerar o tempo de aprendizagem de cada estudante e possibilitar diferentes estratégias metodológicas de ensino, unindo tudo a sua vivência cotidiana para que este saber tenha sentido para o mesmo. Contudo, isso só é possível quando as políticas educacionais são condizentes e possibilitam aos sujeitos envolvidos meios para que haja a efetivação da aprendizagem. Nesse sentido, analisar se realmente há avanços nas políticas públicas de educação infantil da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino, estas políticas é o objetivo principal dessa pesquisa, a qual foi realizada na Rede Municipal de ensino São Bento do Una, na primeira etapa sendo de caráter documental, buscou-se alguns embasamentos teóricos como as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, Base Nacional Curricular para a Educação infantil e numa segunda etapa, uma pesquisa exploratória qualitativa onde analisamos os dados coletados em entrevista realizada com a dirigente do FUNDEB Municipal, um gestor, um coordenador e um professor da rede Municipal de ensino. Onde concluímos que investimentos em programas de formação e materiais adequados são indispensáveis para a formação dessa modalidade de ensino infantil.

Palavras-chave: Saberes. Desafios. Perspectivas. Avanços.

Introdução

A educação infantil é a primeira etapa de formação escolar da criança, como bem enfatiza Kramer (1984), Vieira (1986), Civiletti (1991), Kishimoto (2001), Oliveira (1999), entre outros tem trazido novas luzes a respeito desse tema. Para alguns profissionais da educação o cuidar e o educar são vistos como áreas diferentes na primeira infância, o cuidar resume-se as atividades ligadas à saúde, à higiene e ao bem-estar físico da criança, enquanto educar estar relacionado as rotinas pedagógicas da sala de aula. Este, porém, é um grande equívoco, já que cuidar e educar caminham juntos e, estão indissociavelmente conectados.

Segundo Bujes (2001, p. 14), “o surgimento das instituições de educação infantil relaciona-se com o surgimento da escola e do pensamento moderno entre os séculos XVI e XVII”. Responde, também, às novas exigências educativas resultantes das relações produtivas

advindas da sociedade industrial. O contexto histórico do surgimento dessas instituições é ainda marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e ao desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança marcada pela inocência e pela inclinação às más condutas.

A educação infantil apresenta-se hoje como uma instituição destinada a educação de crianças de 4 e 5 anos de idade, uma opção da família e um direito da criança, firmado com a Constituição Federal de 1988. A Pré-escola é integrante da Educação Básica, definidas dessa forma com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e para poder entender sua atual mudança é preciso analisar sua história no constante movimento da sociedade (BRASIL, 1996).

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores (BRASIL, 1998).

Nesta perspectiva, o educador deve considerar que cada criança tem suas diferenças, que cada uma possui seu ritmo de aprendizagem. Sendo assim, o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais, é compreender, conhecer e reconhecer o jeito de cada criança no mundo em que vive, como bem enfatiza o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que: “a Instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, conteúdos que auxiliem o seu desenvolvimento e sua inserção no meio social” (BRASIL, 1998, p. 23).

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina entre outros, possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (SILVA, 2013).

No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e como o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (TEIXEIRA, 2005).

As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

Vale ressaltar que é preciso que haja a criação de políticas públicas com implantação de programas e projetos voltados para a formação de professores e apoio técnico-pedagógico às instituições de ensino que prestam atendimento à educação infantil. Sendo assim, haverá proximidade com as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelas crianças, professores e outros profissionais da educação que sofrem o efeito da materialidade das políticas públicas, ou mesmo a ausência delas para desenvolver o trabalho de maneira participativa, inovadora e satisfatória (BRANDÃO, 2002).

Este trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer as definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino, como também o processo de transformação ideológica com relação a valorização do papel da criança na sociedade atual.

Como objetivo geral, verificar as definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino. Quanto aos objetivos específicos: Analisar se realmente há avanço nas políticas de educação da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino; Identificar quais as propostas de ensino elaboradas para a Educação Infantil pela administração municipal de São Bento do Una, Pernambuco, formação de professores, elaboração de diretrizes curriculares, investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária, destinação desses recursos públicos para a sua efetivação; Compreender que a garantia do direito à educação perpassa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais, tendo como meta a promoção e o atendimento de qualidade das crianças, dentre outras ações que vão requerer à destinação de recursos públicos para a sua efetivação.

Sabe-se que constitucionalmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, o que necessita a definição de políticas públicas de modo articulado e com a participação de todos os entes envolvidos nesse processo democrático e participativo.

Metodologia

Como percurso metodológico realizou-se uma pesquisa documental e exploratória qualitativa, com o propósito de aprofundar os estudos na temática: “Políticas Públicas na Educação Infantil de 4 e 5 Anos: Definições e prioridades de investimento para esta modalidade de ensino”, tendo como base teórica os autores: Barreto (1998), Brasil (1996, 1998, 2009, 2013, 2017), Bitta, Silva e Mota (2003), Brandão (2007), Campos, Fullgraf e Wiggers (2006), Silva (2013), entre outros.

Segundo Fonseca (2002, p. 23), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, relatórios de empresas, entre outras. Sendo de grande relevância a análise dos documentos tendo o propósito trabalhar diretamente com terminologias e teorias bibliográficas.

Enquanto que, a pesquisa exploratória qualitativa: “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias, a familiarização com o problema proposto, ou seja, a tomada de conhecimento do tema a ser estudado” (GIL, 2010, p. 23). Sendo de grande importância, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa foi realizada na Secretaria de Educação do município de São Bento do Una – PE, Brasil. A escolha do Município, deu-se por desenvolver um trabalho com propostas inovadoras na área educacional como, por exemplo, o projeto Instituto Qualidade no Ensino (IQE), e por já apresentar uma sistematização de políticas públicas para Educação Infantil.

Os sujeitos dessa pesquisa foram um dirigente (Presidente do Conselho do FUNDEB), um gestor, um coordenador e um professor de Educação Infantil, que trabalham na rede pública de ensino do município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, Brasil. Os critérios de inclusão: dirigentes, gestores coordenadores e professores da instituição educacional. Critério exclusão: os funcionários que não são da área educacional.

O levantamento dos dados aconteceram nos meses de julho a agosto de 2018, através de aplicação de entrevista semiestruturadas com perguntas abertas com o objetivo de coletar informações, cujas respostas são imprevisíveis e o entrevistador não poderá controlar o que virá nas entrelinhas. Os resultados obtidos deu-se através de relatos escritos das opiniões dos entrevistados, confrontando com as ideias dos autores pesquisados.

Resultados e discussão

A elaboração desse estudo deu-se pela aplicação de entrevista semiestruturadas abertas aos profissionais que trabalham junto as crianças da Pré-escola em Centros de Educação Infantil do município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

Quadro 1: Políticas públicas na Educação Infantil de 4 e 5 anos.

Entrevistados	Você tem conhecimento das definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino?
Presidenta do Conselho FUNDEB	Sim. O município investe em programas municipais de formação continuada para todos os docentes, por modalidade de ensino e área específica. É o conselho acompanha a aplicação dos recursos.
Gestora	Sim. Acredito que todos deveria ter, principalmente os envolvidos com educação.
Coordenadora Pedagógica	Quanto a formação docente, considero insuficientes e algumas sem resultados positivos. Há parcerias com os governos Estaduais e Federais. Porém, há uma organização do município para acompanhar e trazer suportes para o educador na Creche e pré-escola. Temos a Proinfância no campo da infraestrutura educacional, recursos financeiros para construção de creches e aquisição de equipamentos e mobiliários.
Professora	Tendo em vista os avanços sociais, bem como as mudanças de concepção em relação ao papel da criança na sociedade, observa-se em seu contexto históricas poucas políticas voltadas para o atendimento às crianças de até 5 anos de idade. Infelizmente há busca de qualidade para obter políticas públicas necessita de investimentos da União para que tenha êxito.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Ao entrevistarmos os sujeitos, afirmaram que o município investe em programas municipais de formação continuada para os docentes, por modalidade de ensino e área específica e o conselho acompanha a aplicação dos recursos.

Enquanto para as definições prioridades de formação docente, a professora mencionou que: *“observa-se em seu contexto histórico poucas políticas voltadas para o atendimento às crianças de até 5 anos de idade”*. Só que há uma preocupação por parte de alguns governantes de melhorar essas formações, tornando suficiente e dando suporte a esse profissional em sala de aula. Libâneo (2004, p. 227), defende a importância da formação continuada para os professores, só assim eles poderão desenvolver melhor o trabalho docente em sala de aula.

A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural dos profissionais, dos professores e especialistas[...]. É o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Com isso, a formação continuada é um fator fundamental para uma constante resignificação da prática pedagógica, onde permite ao educador um maior aprofundamento dos conhecimentos profissionais, de refletir seu modo de pensar o fazer pedagógico,

planejando, ressignificando e vivenciando novas experiências no ambiente escolar. É um dos subsídios necessários na prática deste profissional para obter uma educação de qualidade.

Quadro 2: Avanços e desafios enfrentados nas instituições de ensino de Pré-escola.

Entrevistados	Na sua opinião há avanços nas políticas de educação da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino?
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Nosso município vem priorizando a educação nos últimos anos. Os avanços nas estruturas físicas das unidades, bem como na melhoria da educação dessas crianças é visível e perceptível nos índices.
Gestora	Na minha opinião, há avanços sim. Os desafios tangem desde o empenho dos governantes até investimento voltados para a causa.
Coordenadora Pedagógica	Há. Porém a efetivação dos avanços são morosos; Existe uma burocracia que trava ações, apesar de existir uma definição de metas para a educação de pré-escola, mas a falta de recursos para o professor, o contexto social e familiar na maioria das vezes, tem impedido os resultados de aprendizagem qualitativa.
Professora.	Sim. Os avanços ocorreram depois da implementação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9.394/1996, após tivemos como avanço uma legislação das Diretrizes Curriculares Nacional que passou a legislar sobre a Educação Infantil, formando, unificando e qualificando professores e a grade curricular.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Diante das afirmações dos entrevistados, vem priorizando melhoria no ensino e aprendizagem nas turmas de pré-escola, ampliando as estruturas físicas das instituições escolares, trazendo novos olhares a educação das crianças nessa faixa etária, sendo visível e perceptível nos índices.

Apesar que conforme a coordenadora pedagógica: *“Existe uma burocracia que trava ações, apesar de existir uma definição de metas para a educação de pré-escola, mas a falta de recursos para o professor”*.

Com isso, pode-se salientar que as discussões sobre a falta de materiais para desenvolver suas aulas ainda é escassa, pois muitas vezes oferecem o mínimo, sabendo que poderiam proporcionar mais para as crianças de Pré-escola, por ser a base inicial de formação, até então, permitem-nos concebê-la como um processo de reflexão permanente sobre o uso frequente de materiais que desenvolva melhor o trabalho docente, envolvendo tanto os aspectos individuais, sociais, científicos, culturais e políticos, visando melhoria significativa desses sujeitos e das instituições escolares.

Muitos avanços foram alcançados nas últimas décadas em termos de construção de acordos federativos para a garantia dos direitos constitucionais. Na política educacional o país registra significativa ampliação do acesso e melhoria na qualidade do serviço público ofertado, resultantes das alterações legais, de novos marcos no financiamento, qualificação da gestão e do compromisso social de expressiva parcela da sociedade (BRASIL, 2014).

Quadro 3: Propostas de ensino e formação de professores.

Entrevistados	Quais as propostas de ensino elaboradas para a Educação Infantil pela administração municipal de São Bento do Una, Pernambuco, formação de professores e elaboração de diretrizes curriculares?
Presidenta do Conselho FUNDEB	Existem programas específicos, projetos trabalhados diariamente, formação específica, porém em relação as diretrizes ainda está em processo, para todo município.
Gestora	Temos ultimamente um governo muito preocupado com a educação infantil. Onde tem sido investido muito em programas e cursos para melhoria e aperfeiçoamento da educação infantil. Um exemplo, e a adesão e implantação do Projeto Alfa e Beto, onde as crianças puderam se desenvolver de forma notória e serem alfabetizadas na idade certa.
Coordenadora Pedagógica	As formações continuadas são para os profissionais da Educação (professores e gestores); Reorganização de Equipe Técnica para acompanhar, dando suporte pedagógico as Unidades de Ensino. Efetivação de novas parcerias Federal e Estadual na modalidade de Educação Infantil.
Professora.	Nosso município iniciou com o Programa Alfa e Beto, passamos dois anos com esse material. Atualmente estamos com a formação dos educadores que é o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), que colabora com a qualificação dos discentes.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Em relação as propostas de ensino e formação de professores, conforme os entrevistados, inclusive a Presidenta do Conselho do FUNDEB, diz que: “*para que isso ocorra de fato existem programas específicos, projetos trabalhados diariamente, formação específica, porém em relação as diretrizes curriculares ainda está em processo para todo município*”. De acordo com as falas dos demais entrevistados, os docentes que lecionam na Pré-escola, recebem formação duas vezes por mês para estudos das Diretrizes Curriculares e elaboração de novas estratégias de ensino e ampliando assim seus conhecimentos.

Acredita-se também que a vivência de programas nas instituições de ensino ampliam um repertório de informações, conhecimentos e experiências. Quem nos faz refletir sobre isso é a coordenadora pedagógica entrevistada que: “*As formações continuadas são para os profissionais da Educação (professores e gestores); Reorganização de Equipe Técnica para acompanhar, dando suporte pedagógico as Unidades de Ensino. Efetivação de novas parcerias Federal e Estadual na modalidade de Educação Infantil*”. Nesta direção, Gómez (1995, p. 69) afirma que: “A prática como eixo do currículo da formação do professor deve permitir e provocar o “desenvolvimento das capacidades e competências implícitas no conhecimento-na-ação”, próprio desta atividade profissional; das capacidades, conhecimentos e atitudes que assenta tanto a reflexão-na-ação, que analisa o conhecimento-na-ação, como a reflexão sobre a ação e sobre a reflexão-na-ação. Todas estas capacidades, conhecimentos e atitudes não dependem da assimilação do conhecimento acadêmico, mas sim da mobilização de um outro tipo de conhecimento produzido em diálogo com a situação real.”

Quadro 4: Investimentos e os recursos públicos.

Entrevistados		Existem investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária e destinação desses recursos públicos para a sua efetivação. Justifique.
Presidenta do Conselho FUNDEB	do do	Na sua totalidade não, porém as estruturas construídas nos últimos anos, vem sendo destinado também a esse público.
Gestora		Sim. Dispomos de duas Creches de Educação Infantil padrão FNDE, onde são investidos sempre com mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos, informática, visando sempre a melhoria do ensino ofertado as crianças.
Coordenadora Pedagógica		Existe investimento, mas não é suficiente, na perspectiva que a Educação Infantil é primordial na formação cognitiva, emocional e social da criança. Os recursos são escassos e muitos ausentes nas Unidades Escolares. Há oferta de vagas, falta a oferta de recursos repassados pelo governo Federal.
Professora		Sim, com o investimento do Ministério da Educação, obteve-se a manutenção dos estabelecimentos e dos mobiliários. Em 2016 foi implantado nas Creches do município o Programa Brasil Carinhoso que ajudou a fortalecer o vínculo escola e família.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Em relação aos investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária e destinação desses recursos públicos para a sua efetivação na sua totalidade não acontece, porém as estruturas nos últimos anos, vem sendo destinadas também a esse público.

Para a professora entrevistada: *“Com o investimento do Ministério da Educação, obteve-se a manutenção dos estabelecimentos e dos mobiliários. Em 2016 foi implantado nas Creches do município o Programa Brasil Carinhoso que ajudou a fortalecer o vínculo escola e família”*. O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Esses recursos são destinados aos alunos de zero a 48 meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015).

Em contrapartida, a coordenadora pedagógica falou também que: *“Existe investimento, mas não é suficiente, na perspectiva que a Educação Infantil é primordial na formação cognitiva, emocional e social da criança”*. Suas palavras leva-nos a refletir sobre esses ambientes que as acolhem, pois os professores muitas vezes precisam de materiais para desenvolver com criatividade, autonomia e participação nas suas aulas, por falta de alternativas, assumem posturas adquiridas em seus processos de formação, mesmo que não concordem com elas.

Quadro 5: Execução de políticas públicas para melhoria na qualidade do ensino.

Entrevistados	A garantia do direito à educação perpassa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais, tendo como meta a promoção e o atendimento de qualidade das crianças, dentre outras ações que vão requerer à destinação de recursos públicos para a sua efetivação. A secretaria de educação junto as escolas tem garantido isso de fato? Como isso tem acontecido na prática?
Presidenta do Conselho FUNDEB	Como já pautei nas respostas anteriores, nosso município vem buscando uma qualidade na educação. Investindo em estruturas físicas e humana, programa de formação para docentes, programas de melhoria para educação dos estudantes, muito ainda tem a avançar, mas busca garantir sim.
Gestora	Sim. A secretaria de educação do município a qual faço parte muito se preocupa para que todas as crianças que têm idade de Educação Infantil cheguem até as Creches. Estamos sempre fazendo campanhas e divulgando o trabalho realizado e a importância do acesso da criança na escola.
Coordenadora Pedagógica	Sim. Em particular destaque o segundo semestre como um diferencial, estão organizando e tendo uma pauta de ações voltada para a formação docente, apoio pedagógico e acompanhamento do processo ensino e aprendizagem.
Professora	O município de São Bento do Una vem investindo sim, mas de forma ainda precária. Precisa-se de um olhar mais delicado para a Pré-escola, pois é nessa fase que norteia e prepara o educando para os anos iniciais do ensino fundamental.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Quanto a garantia do direito à educação no município de São Bento do Una, Pernambuco, vem buscando uma qualidade na educação. Investindo em estruturas físicas e humana, programas de formação para os docentes, programas de melhoria para educação dos estudantes. Na profissão docente, nos deparamos com múltiplas situações e dificuldades que não possuem receitas ou fórmulas para serem solucionadas.

Os relatos feitos pela gestora, afirma que: *“A secretaria de educação do município a qual faço parte muito se preocupa para que todas as crianças que têm idade de Educação Infantil cheguem até as Creches”*.

Visto que cada momento é único dentro do espaço da sala de aula, e situações diversas requerem novas formas de decisões, portanto percepções e modos de reagir inovados e, muitas vezes, diferenciados e inéditos. Para Gómez (1995, p. 36) *“a criação e a construção de uma nova realidade obrigam a ir para além das regras, fatos, teorias e procedimentos conhecidos e disponíveis”*.

A Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una, PE, dá todo um aparato para que não só a educação infantil, mas todos os estudantes da rede pública de ensino para que tenha um ensino de qualidade, a mesma vem apoiando os professores e propondo a realizações de projetos com a OMM – Olimpíada Municipal de Matemática, Concurso Literário, entre outros que abrangem todas modalidades de ensino.

Conclusão

O contexto escolar as políticas públicas na educação infantil de 4 e 5 anos ainda deixa a desejar, falta prioridades de investimento para esta modalidade de ensino, por um lado tem exigido, cada vez mais, um professor atuante, capaz de desenvolver nos alunos experiências pedagógicas significativas, diversificadas e alinhadas com a sociedade em que estão inseridos.

A realidade educacional brasileira, no entanto é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática social e que se apropria da realidade como instrumento pedagógico, em um outro extremo percebe-se que as oportunidades de formação docente não estão dando conta da construção de um novo perfil profissional necessário aos nossos dias.

No entanto, a prática pedagógica de cada professor aflora suas concepções de ensino e aprendizagem. Estas concepções não estão claras e tampouco são perceptíveis a estes profissionais. Assim, estes necessitam de novos conhecimentos práticos e teóricos se visam uma melhoria em suas práticas docentes.

Diante disso, faz-se necessário, muita ação, discussão e reflexão. Os programas de formação continuada, as aulas atividades mensalmente e a participação e cursos e seminários educacionais, tal como vêm acontecendo, apesar das “boas intenções”, não têm atingido seus objetivos. Faltam estudos, reflexões com profissionais competentes e com conhecimentos teóricos e básicos que possam levantar questionamentos não percebidos pelos professores, a fim de auxiliá-los na análise de suas práticas. Estes acabam, quase sempre, aceitando “pacotes” prontos. Mesmo sem concordar, os professores assumem estas práticas, pois não possuem argumentos para questioná-las.

Concluindo, pode-se afirmar que a criação de programas e os investimentos realizados pelos governos federais, estaduais e municipais tem sido de grande relevância para melhorar o desenvolvimento das crianças nessa modalidade de ensino, bem como subsidiar o trabalho do professor em sala de aula. Mas, sem esses recursos financeiros e, principalmente humano os resultados serão insatisfatórios para toda instituição de ensino.

Referências

BARRETO, Ângela M. R. A educação infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Campinas, SP: Autores Associados, n. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez. 2003.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: **Educação infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRANDÃO, Isabel Cristina. **Políticas Públicas em Educação Infantil**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t072.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2018.

BRANDÃO. Carlos da Fonseca. A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (Org.). **Trabalho pedagógico na educação infantil**. Londrina, PR: Humanidades, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base/pareceres>>. Acesso em: 10 ag. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2018.

BRASIL. **O Sistema Nacional de Educação**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf>. Acesso em: 9 ag. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 020/2009**. Resolução CNE/CEB N. 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica, 2009.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Vol. 1, 2 e 3. Brasília, MEC, 1998.

BRASIL. **Resolução n. 15, de 6 de dezembro de 2017**. Programa Brasil Carinhoso. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>>. Acesso em: 10 de ag. 2018.

CAMPOS. M. M. FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A Qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.127, p.87-128, jan./abr. 2006.

CIVILLETI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa**. N.76, p. 31-40, Fev/1991. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1052/1060>>. Acesso em: 05 de ag. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓMEZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

SILVA, Isabel Cristina de Andrade Lima e. Política Nacional de Educação Infantil: a participação de atores não estatais na elaboração da política pública. **Tese** (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2013. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250808/1/Silva_IsabelCristinadeAndradeLima_D.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TEIXEIRA, Carlos. E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 2005.